

2025



LAZER

Epistemologia e abordagem interdisciplinar

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS



ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

LAZER

Epistemologia e abordagem interdisciplinar

Editora Pascal

2025

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Adelcio Machado Dos Santos

Conselho Editorial

Dr^a Ildenice Nogueira Monteiro

Dr^a Mireilly Marques Resende

Dr^a Maria Raimunda Chagas Silva

Dr^a Luana Martins Cantanhede

Dr. Francisco Irapuan Ribeiro

Dr^a Anna Christina Sanazario de Oliveira

Dr^a Samantha Ariadne Alves de Freitas

Dr^a Elba Pereira Chaves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237I

Santos, Adelcio Machado dos

Lazer: epistemologia e abordagem interdisciplinar / Adelcio Machado dos Santos
— São Luís: Editora Pascal, 2025.

46 f. : il.:

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-208-5

D.O.I.: 10.29327/5716437

1. Lazer. 2. Epistemologia. 3. Cultura e cidadania. 4. Inclusão social. I. Santos, Adelcio Machado dos. II. Título.

CDU: 796:316.347

Qualquer parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, desde que seja citado o autor.

*Livro dedicado à
Fisioterapeuta Jerusa*

“O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade [...] para descansar, divertir-se, desenvolver sua informação ou sua formação desinteressada”.

Dumazedier (1979, p. 34)

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular.

São Paulo: Perspectiva, 1979.

PREÂMBULO

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos

Em primeiro lugar, o lazer, por muito tempo relegado a um papel secundário nos estudos acadêmicos e nos projetos de sociedade, vem, nas últimas décadas, ganhando status de categoria legítima para análise, reflexão e transformação social.

Este livro, *Lazer: epistemologia e abordagem interdisciplinar*, tem como objetivo contribuir para o aprofundamento desse campo, propondo uma abordagem multidisciplinar que considere o fenômeno do lazer a partir de quatro grandes enfoques: Economia, Filosofia, História e Sociologia. Tal perspectiva é essencial para compreender as diversas manifestações e implicações do lazer na vida contemporânea.

De outro vértice, a palavra “lazer” é, muitas vezes, confundida com tempo livre, ócio, recreação ou mesmo inutilidade. No entanto, o lazer é mais do que uma simples pausa entre as obrigações cotidianas: ele é espaço de expressão, de criação de sentido, de construção de identidades e de exercício da liberdade.

Em uma sociedade marcada pelo ritmo acelerado do trabalho, pela mercantilização do tempo e pela crescente digitalização das relações sociais, repensar o papel do lazer se torna não apenas uma necessidade acadêmica, mas uma urgência ética e política.

Nesse sentido, faz-se mister clarificar desde o início que este livro não trata o lazer como uma categoria fixa ou unívoca, mas como um fenômeno dinâmico, atravessado por interesses econômicos, disputas simbólicas, transformações históricas e contextos culturais. Cada capítulo, portanto, será uma tentativa de lançar luz sobre o lazer a partir de um olhar específico, sem perder de vista o entrelaçamento entre as disciplinas.

Destarte, o enfoque econômico permite observar o lazer como parte integrante do sistema produtivo. No capitalismo contemporâneo, o lazer é, ao mesmo tempo, mercadoria e espaço de consumo. A indústria do entretenimento, as plataformas digitais, o turismo de massa e os serviços voltados ao bem-estar constituem setores pujantes da economia global. Entretanto, também é necessário refletir sobre como o acesso ao lazer é desigualmente distribuído. A renda, o tempo disponível e os espaços urbanos delimitam quem pode desfrutar de determinadas formas de lazer e quem está excluído delas. Essa desigualdade evidencia que o lazer não pode ser compreendido de forma despolitizada.

Outrossim, a Filosofia do lazer, por sua vez, nos convida a uma reflexão mais ampla sobre os sentidos da existência. Desde os tempos antigos, o ócio (“otium”), especialmente na tradição grega e romana, era visto como espaço privilegiado para a contemplação, a educação do espírito e o cultivo da vida ética. Para Aristóteles, por exemplo, o tempo livre era condição para a busca da eudaimonia — a realização da felicidade humana.

Mais recentemente, pensadores como Herbert Marcuse e Ivan Illich questionaram a estrutura do tempo moderno e defenderam o lazer como um potencial espaço de resistência à lógica da produtividade totalizante. Dentro dessa tradição, o lazer não é mera distração, mas uma prática significativa, que pode contribuir para a emancipação individual e coletiva.

Já olhar histórico permite compreender como as práticas de lazer se transformaram ao longo do tempo, sempre em diálogo com as mudanças sociais, culturais e tecnológicas. No mundo antigo, o lazer era um privilégio das elites. Com o advento da Revolução Industrial e a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, o tempo livre começou a ser reconhecido como direito.

O século XX testemunhou a ascensão das políticas públicas de lazer, os clubes operários, os parques urbanos e os centros culturais como formas de democratização do acesso às atividades de lazer. Porém, o lazer também foi — e ainda é — instrumentalizado por regimes autoritários como forma de controle social, o que exige uma análise crítica sobre sua função ideológica em determinados contextos históricos.

Por final a Sociologia do lazer nos ajuda a compreender como as práticas de lazer são moldadas por fatores sociais como classe, gênero, raça, geração e território. O lazer, enquanto prática social, reflete e reproduz estruturas de poder. As escolhas de lazer não são neutras; elas estão atravessadas por expectativas culturais, constrangimentos materiais e normas sociais.

O lazer juvenil, o lazer feminino, o lazer nas periferias, o lazer da população idosa — todos esses são temas que demandam abordagens específicas, pois revelam a diversidade e complexidade do fenômeno.

Diante dessa diversidade de abordagens, este livro não pretende oferecer respostas definitivas, mas abrir caminhos.

Como bem sintetiza Joffre Dumazedier (1979, p. 34), “o lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade [...] para descansar, divertir-se, desenvolver sua informação ou sua formação desinteressada”. Essa definição clássica aponta para a liberdade como elemento central do lazer, ainda que tal liberdade esteja sempre condicionada por contextos sociais e culturais específicos.

Importante ressaltar que os estudos do lazer, embora relativamente recentes como campo acadêmico sistematizado, têm se mostrado férteis e fundamentais para pensar as sociedades contemporâneas. À medida que a inteligência artificial, a automação e a reconfiguração do trabalho desafiam os paradigmas tradicionais, o tempo livre adquire novas formas e sentidos.

Em epítome, avultam as indagações heurísticas. O que será o lazer em uma sociedade pós-trabalho? Que novos desafios éticos e sociais surgem quando o lazer se confunde com o desempenho e a autoexposição nas redes sociais? Como garantir que o lazer seja efetivamente um direito e não um privilégio?

Destarte, este volume se propõe a colaborar com esse debate, reunindo diferentes perspectivas teóricas e empíricas para contribuir com a consolidação do campo e com a ampliação do pensamento crítico sobre o tema. É nosso desejo que cada leitor e leitora possa encontrar, nas páginas que seguem, não apenas conhecimento, mas também inspiração para repensar sua própria relação com o tempo, com o corpo, com a cidade e com os outros.

Mais do que um simples alívio à rotina, o lazer é um lugar de disputa, criação e possibilidade.

Em última análise, nos tempos de cansaço crônico e hiperconectividade, redescobrir o valor do lazer se configura em um dos caminhos para reconstruir uma vida mais livre, justa e significativa.

BIOGRAFIA DO AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é pesquisador em Estudos do Lazer, com militância em Economia, Filosofia, História e Sociologia do Lazer.

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Mestre em Relações Internacionais. Bacharel em Turismo.

O núcleo temático de estudo envolve as linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade, Estudos Culturais e Filosofia da Interdisciplinaridade.

Ex-Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de curso.

Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no “staff” da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

É avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos.

Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Vogal das seguintes instituições: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE).

Deu a lume a 83 livros, 165 capítulos de livros e 432 artigos científicos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6663595207403860>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	11
------------------------	-----------

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO LAZER

CAPÍTULO 2.....	26
------------------------	-----------

LAZER - ELEMENTO DA EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL

CAPÍTULO 3.....	29
------------------------	-----------

INTRODUÇÃO À ECONOMIA DO LAZER: discussão na literatura

1

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO LAZER

INTRODUCTION TO THE STUDY OF LEISURE

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma introdução crítica ao estudo do lazer, abordando-o como um fenômeno multidimensional, historicamente construído e socialmente condicionado. A partir de uma revisão bibliográfica fundamentada em autores clássicos e em estudos contemporâneos, o texto analisa as diferentes concepções de lazer, suas distinções em relação ao ócio e ao tempo livre, e sua trajetória histórica da Antiguidade à contemporaneidade. São discutidas três grandes dimensões do lazer: a cultural, que o compreende como forma de expressão simbólica e afirmação identitária; a educacional, que o valoriza como espaço de formação e desenvolvimento humano; e a político-econômica, que evidencia sua vinculação com os mecanismos de controle social e sua inserção na indústria do entretenimento e na economia criativa. Além disso, destaca-se o lazer como direito social e os desafios para sua efetivação em sociedades marcadas por desigualdades. O artigo conclui que o lazer, longe de ser um elemento periférico, constitui-se como campo de disputas, de produção de sentidos e de potencial emancipatório, sendo fundamental para a promoção da cidadania, da diversidade cultural e do bem-estar coletivo.

Palavras-chave: lazer; cultura; cidadania; políticas públicas.

Abstract

The aim of this article is to present a critical introduction to the study of leisure, approaching it as a multidimensional, historically constructed and socially conditioned phenomenon. Based on a bibliographical review of classic authors and contemporary studies, the text analyzes the different conceptions of leisure, its distinctions in relation to leisure and free time, and its historical trajectory from antiquity to contemporaneity. Three main dimensions of leisure are discussed: the cultural one, which understands it as a form of symbolic expression and identity affirmation; the educational one, which values it as a space for human formation and development; and the political-economic one, which highlights its links with social control mechanisms and its insertion in the entertainment industry and the creative economy. It also highlights leisure as a social right and the challenges of making it a reality in societies marked by inequalities. The article concludes that leisure, far from being a peripheral element, is a field of disputes, the production of meanings and emancipatory potential, and is fundamental to the promotion of citizenship, cultural diversity and collective well-being.

Keywords: leisure; culture; citizenship; public policies.

1 INTRODUÇÃO

O lazer é uma dimensão da vida humana que, embora frequentemente associada ao entretenimento, à diversão e ao descanso, carrega uma complexidade histórica, social, econômica e cultural que merece atenção crítica e sistemática por parte das ciências humanas e sociais.

No contexto das sociedades modernas, marcadas pelo avanço tecnológico, pela intensificação do trabalho e pela aceleração do tempo cotidiano, o lazer se tornou não apenas uma forma de fuga ou de compensação frente ao cansaço, mas um campo de práticas, representações e disputas simbólicas. Compreender o lazer, portanto, implica situá-lo como fenômeno multifacetado, inserido nas estruturas sociais, nos hábitos culturais e nas formas de organização do tempo e do espaço.

Historicamente, o lazer sempre esteve presente na vida em sociedade, embora assumindo configurações distintas de acordo com o tempo histórico e com os grupos sociais envolvidos. Na Grécia Antiga, por exemplo, o ócio (*scholé*) era valorizado como condição para a contemplação filosófica e o desenvolvimento intelectual, sendo acessível apenas a uma elite privilegiada.

De outro vértice, no curso da Idade Média, marcada pelo domínio da moral cristã, as práticas lúdicas foram, em muitos casos, reprimidas ou controladas pela Igreja, sendo o trabalho enaltecido como expressão de virtude. Na modernidade industrial, o lazer passa a ser institucionalizado e associado à compensação pelo tempo de trabalho, inaugurando a chamada “cultura do tempo livre”.

Com o surgimento das metrópoles, a criação de espaços públicos como praças, parques e centros de lazer consolidou uma nova dimensão da vida urbana.

Na contemporaneidade, o lazer encontra-se atravessado por diversas contradições. De um lado, observa-se uma valorização crescente do tempo livre e das práticas de lazer como componentes essenciais da qualidade de vida. De outro, verifica-se a mercantilização intensiva dessas práticas, muitas vezes voltadas ao consumo massificado de produtos culturais, turísticos e tecnológicos. Esse duplo movimento — de emancipação e de captura — coloca o lazer no centro de debates que envolvem cidadania, acesso, desigualdade social, políticas públicas, indústria cultural e subjetividade.

A crescente importância do lazer na vida das pessoas e na configuração das cidades e das políticas sociais tem motivado diferentes áreas do conhecimento a se debruçarem sobre o tema. A Educação Física, à guisa de exemplo, estuda o lazer em sua relação com o corpo, o movimento e a saúde; a Sociologia analisa suas articulações com as estruturas de classe, gênero, etnia e geração; o Turismo investiga suas intersecções com a mobilidade, a cultura e a economia; a Psicologia aponta suas implicações no bem-estar e nos processos de subjetivação; enquanto o Servi-

ço Social discute o lazer como direito social e como instrumento de emancipação de grupos vulneráveis.

Trata-se, portanto, de um campo interdisciplinar, que exige a articulação de múltiplos olhares e abordagens teóricas.

Este artigo colima apresentar uma introdução ao estudo do lazer, oferecendo uma visão geral sobre seus fundamentos conceituais, sua evolução histórica, suas principais dimensões e os desafios contemporâneos relacionados ao seu desenvolvimento. Busca-se, assim, contribuir para a ampliação da compreensão crítica sobre o lazer, especialmente no que se refere ao seu papel na formação social dos sujeitos, na dinâmica das relações sociais e na formulação de políticas públicas voltadas ao bem-estar coletivo.

A metodologia adotada é de caráter qualitativo e bibliográfico, fundamentando-se em autores clássicos e contemporâneos que se destacam nos estudos do lazer, tais como Joffre Dumazedier, Nelson Carvalho Marcellino, Edgar Morin, Chris Rojek, Norbert Elias e Eric Dunning, entre outros. A análise também incorpora dados e documentos que tratam do lazer como direito previsto em legislações nacionais e internacionais, reforçando sua relevância como parte da cidadania cultural.

Ao longo do artigo, serão abordados os principais conceitos relacionados ao lazer, discutindo-se suas múltiplas interpretações e implicações teóricas. Em seguida, será feito um resgate histórico das formas de lazer em diferentes períodos e contextos sociais. Serão também examinadas as diferentes dimensões do lazer — cultural, educacional, política e econômica — e as suas relações com o cotidiano das populações urbanas e rurais. Por fim, serão apresentados os principais desafios atuais para a democratização do lazer e para sua integração efetiva como direito social universal.

Em face disso, estudar o lazer não é apenas refletir sobre atividades prazerosas ou recreativas, mas compreender como essas práticas se inscrevem em projetos de sociedade, em lógicas de poder e em disputas por tempo, espaço e reconhecimento.

Em última análise, o lazer, como campo de estudo e de intervenção, revela-se chave interpretativa potente para a análise crítica da vida contemporânea e para a construção de caminhos mais equitativos e humanizados de convivência social.

2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DO LAZER

A conceituação do lazer, embora amplamente difundida no cotidiano das sociedades contemporâneas, é resultado de um complexo processo histórico e epis-

temológico. Estudar o lazer exige ir além de sua imagem estereotipada como mero entretenimento ou atividade recreativa, demandando rigor teórico e compreensão crítica de sua inserção nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais.

Nesse sentido, diversas correntes teóricas buscaram sistematizar o conceito de lazer, contribuindo para a consolidação de um campo de estudos específico.

Joffre Dumazedier é considerado um dos principais pesquisadores do lazer na contemporaneidade, tendo sistematizado a noção de lazer como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode dedicar-se de forma voluntária, seja para repousar, divertir-se, desenvolver sua informação ou sua formação desinteressada, após estar livre das obrigações profissionais, familiares e sociais (Dumazedier, 1976). Essa definição é central para a tradição francesa dos estudos do lazer, na qual o fenômeno é compreendido como parte essencial da experiência humana e não apenas como contraponto ao trabalho. Para Dumazedier, o lazer não se opõe apenas ao trabalho, mas a toda forma de obrigação, enfatizando sua dimensão de liberdade e escolha.

No Brasil, pensadores como Nelson Carvalho Marcellino ampliaram essa discussão, situando o lazer no contexto sociocultural brasileiro e problematizando sua apropriação desigual entre os diferentes grupos sociais. Para Marcellino (2008), o lazer deve ser entendido como um fenômeno cultural, que se manifesta por meio de diversas práticas — artísticas, físicas, intelectuais, sociais — e que pode ser vivenciado de forma crítica ou alienada, a depender das condições em que é exercido.

O autor salienta que o lazer é tanto expressão quanto produto da cultura, e que sua vivência está intrinsecamente relacionada às oportunidades sociais e às mediações institucionais que regulam o acesso a bens simbólicos.

Ainda na tentativa de qualificar o conceito de lazer, Rojek (2010), teórico britânico, propõe uma abordagem sociológica crítica que problematiza o lazer como uma construção ideológica que reflete os interesses das classes dominantes. Para ele, o lazer nas sociedades capitalistas é profundamente marcado pela lógica do consumo e pelas estratégias de mercantilização das experiências individuais, convertendo o tempo livre em um espaço de reprodução das relações de dominação.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Debord (1997) e da Escola de Frankfurt, que interpretam o lazer como parte do “espetáculo” ou da “indústria cultural”, reproduzindo formas de alienação e passividade.

A compreensão do lazer exige, portanto, a distinção cuidadosa entre os conceitos de lazer, ócio e tempo livre, frequentemente usados como sinônimos, mas que apresentam diferenças importantes do ponto de vista teórico. O ócio, conforme discutido por Pieper (1999), na tradição filosófica clássica, refere-se a uma

condição do espírito, um estado de contemplação e liberdade interior que permite ao ser humano cultivar a sabedoria e a espiritualidade. Na Grécia Antiga, o ócio (*scholé*) era considerado o ideal da vida plena, sendo valorizado como espaço de desenvolvimento moral e intelectual.

Diferentemente do sentido contemporâneo, em que o ócio muitas vezes carrega conotações negativas — associadas à preguiça, à improdutividade ou ao desperdício de tempo —, na antiguidade ele era visto como um valor positivo e necessário à formação do cidadão.

De outro vértice, tempo livre se configura em categoria mais neutra e quantitativa, referindo-se ao período do dia não ocupado por atividades obrigatórias, como o trabalho remunerado, as tarefas domésticas ou as obrigações escolares. O tempo livre pode ser usado para diferentes fins — desde o lazer até o descanso, o consumo ou o trabalho informal — e não implica necessariamente uma vivência de liberdade ou prazer.

Tal como observa Elias e Dunning (1992), o tempo livre precisa ser analisado em relação às estruturas de poder e à divisão social do tempo, que condicionam quem pode usufruí-lo e em que condições.

O lazer, por sua vez, pode ser compreendido como uma forma qualitativa de apropriação do tempo livre, marcada pela escolha voluntária e pela busca de satisfação pessoal, expressão criativa ou interação social (Souza; Knijnik, 2012). Contudo, sua concretização está longe de ser universal. A possibilidade de vivenciar o lazer está diretamente relacionada às condições socioeconômicas, à disponibilidade de equipamentos públicos, à cultura local e às políticas sociais que regulam seu acesso.

Destarte, o lazer não é apenas um produto da liberdade individual, mas também uma construção social profundamente mediada pelas desigualdades estruturais.

É nesse contexto que se insere a discussão sobre o lazer como direito social. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, reconhece o lazer como um dos direitos sociais, ao lado da educação, da saúde, da alimentação, do trabalho, da moradia e da previdência. Essa consagração jurídica expressa uma mudança significativa na forma como o lazer é percebido, deixando de ser uma dimensão marginal ou acessória da vida para se tornar um componente essencial da cidadania e do bem-estar.

Como afirmam Souza e Knijnik (2012), a inclusão do lazer na agenda dos direitos sociais implica o reconhecimento de sua função no desenvolvimento humano integral, na construção da identidade e na promoção da equidade.

Todavia, o reconhecimento formal do lazer como direito não garante, por si

só, sua efetivação. Na prática, o acesso ao lazer continua marcado por fortes desigualdades, tanto no que diz respeito à oferta de infraestrutura quanto à valorização cultural das práticas de diferentes grupos. As populações periféricas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, idosos e outros segmentos sociais frequentemente enfrentam barreiras para a fruição plena do lazer.

Tais barreiras não se limitam à ausência de equipamentos, mas incluem preconceitos, estigmas e ausência de políticas públicas eficazes.

Nesse sentido, a partir do que preconiza Marcellino (2008), a efetivação do direito ao lazer requer ações integradas entre Estado, sociedade civil e iniciativa privada, capazes de promover a democratização do acesso aos bens culturais, esportivos e recreativos.

Ademais disso, é necessário que as políticas públicas superem a lógica assistencialista ou meramente compensatória, adotando uma abordagem emancipadora que valorize o protagonismo dos sujeitos e o respeito à diversidade cultural. Ainda como propõe Marcellino (2008), o lazer deve ser pensado como uma ferramenta de transformação social, que contribua para a construção de sociedades mais justas, solidárias e criativas.

Por conseguinte, compreender o lazer em sua complexidade teórica e prática significa reconhecer que ele não é um fenômeno neutro ou isolado, mas profundamente enraizado nas estruturas sociais e nas relações de poder (Souza; Knijnik, 2012). Estudá-lo é um exercício de análise crítica sobre as formas como as sociedades organizam o tempo, produzem sentido e distribuem oportunidades. E é também uma maneira de refletir sobre o tipo de humanidade que se pretende construir: uma humanidade que valoriza a liberdade, a criação e a partilha, ou uma humanidade submetida à lógica da produtividade e do consumo.

3 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E SOCIAIS DO LAZER

A compreensão do lazer ao longo do tempo revela profundas transformações em sua significação e em seus modos de vivência. O lazer não é um dado natural da existência humana, mas um fenômeno cultural, social e histórico, cujas formas de expressão, apropriação e sentido variaram conforme as estruturas políticas, econômicas e simbólicas de cada época (Marcellino, 2008).

A investigação de suas perspectivas históricas e sociais permite reconhecer que o lazer é, ao mesmo tempo, uma construção civilizatória e uma categoria analítica fundamental para entender os modos de vida em diferentes sociedades. Para isso, faz-se necessário situar o lazer em três grandes momentos históricos: a Antiguidade, a Idade Média e a Modernidade; posteriormente, analisar sua transfor-

mação com a industrialização; e, por fim, compreender suas expressões na sociedade contemporânea.

Na Antiguidade greco-romana, especialmente na Grécia Clássica, o lazer não era compreendido como uma atividade desvinculada da vida pública ou como simples descanso físico. O termo *scholé*, que originou a palavra “escola”, referia-se ao tempo livre dedicado à contemplação, à filosofia, à política e às artes. Era um ideal de vida nobre, reservado às elites, que se distinguiam dos trabalhadores braçais e dos escravos — estes últimos, por sua condição servil, estavam excluídos do usufruto do ócio (Pieper, 1999).

O lazer, nesse contexto, era condição para o cultivo da virtude, do conhecimento e da cidadania plena, sendo visto como uma prática superior, espiritual e ética.

No entanto, como salientam Dumazedier (1976) e Marcellino (2008), esse modelo de lazer contemplativo era elitista e excludente, já que dependia da exploração do trabalho alheio para sua realização.

Durante a Idade Média, o lazer sofreu uma inflexão significativa em seu significado. A hegemonia da Igreja Católica impôs uma moral religiosa que enaltecia o trabalho como forma de penitência e aproximação de Deus, enquanto o ócio passou a ser visto com desconfiança, muitas vezes associado ao pecado, à preguiça e à perdição moral.

Posto isso, existiam formas de lazer populares, como as festas religiosas, os jogos, as danças e as feiras, que, embora toleradas, eram frequentemente controladas ou ritualizadas pelo poder clerical.

Segundo Huizinga (2001), o mundo medieval era permeado por elementos lúdicos e simbólicos, nos quais o jogo possuía funções sociais e pedagógicas. Contudo, não se pode ignorar que tais manifestações eram hierarquizadas e moldadas por valores religiosos e feudais que condicionavam sua prática e acesso.

Com o advento da Modernidade, especialmente a partir do Renascimento e da consolidação do pensamento burguês, a visão sobre o lazer começou a mudar. A valorização da razão, do indivíduo e da vida terrena trouxe novas possibilidades de fruição do tempo e da cultura. O lazer passou a adquirir feições mais próximas do que conhecemos hoje, especialmente nos círculos aristocráticos e urbanos.

De acordo com Huizinga (2001), a burguesia emergente apropriou-se de práticas de lazer refinadas, como concertos, saraus, literatura e viagens, enquanto o proletariado urbano dispunha de poucas oportunidades de lazer, sendo este marcado muitas vezes pela informalidade, pelo imprevisto e pela precariedade. Ainda assim, o lazer moderno estava longe de ser democratizado, permanecendo como um privilégio das classes economicamente favorecidas.

Foi com a Revolução Industrial e o processo de urbanização acelerada que o lazer ganhou um novo status e começou a ser institucionalizado. A separação entre tempo de trabalho e tempo livre, típica das sociedades industriais, criou as condições estruturais para a emergência do lazer como categoria distinta e regulamentada (Dumazeider, 1976).

O tempo de lazer passou a ser delimitado pela jornada de trabalho, inicialmente extremamente extenuante, mas progressivamente reduzida por meio de lutas operárias e legislações trabalhistas. O século XIX assistiu à criação dos primeiros clubes, associações recreativas e espaços públicos voltados ao lazer, como parques, teatros e cinemas, que começaram a atender — ainda que de forma desigual — diferentes segmentos da população (Elias; Dunning, 1992).

Nesse período, o lazer foi também instrumentalizado pelo Estado e pelo capital como estratégia de disciplinamento social. Ao mesmo tempo em que se criavam espaços de lazer, difundiam-se normas e valores voltados à contenção dos impulsos considerados perigosos da classe trabalhadora. Como demonstram Gramsci (2000) e Adorno e Horkheimer (1985), o lazer, especialmente aquele mediado pela indústria cultural, passou a operar como mecanismo de reprodução ideológica, moldando comportamentos e reforçando a lógica da submissão.

A padronização do gosto, a espetacularização da cultura e a passividade do público tornaram-se elementos centrais da crítica marxista ao lazer nas sociedades de massas.

Contudo, é também nesse cenário que emergem novas formas de resistência e apropriação popular do lazer. As festas operárias, os campeonatos esportivos, os bailes de periferia e outras manifestações culturais revelam que, apesar das tentativas de controle, o lazer é também espaço de invenção, criatividade e afirmação identitária. Como ressaltam Hall (2003) e Marcellino (2008), o lazer pode ser vivenciado de maneira crítica, como instrumento de autonomia e expressão cultural, sobretudo quando articulado à consciência política e à valorização das tradições locais.

Na sociedade contemporânea, marcada pela globalização, pela digitalização das relações sociais e pelo neoliberalismo, o lazer assume novas configurações e desafios. A expansão das tecnologias da informação e da comunicação possibilitou o surgimento de múltiplas formas de lazer virtual, como os jogos eletrônicos, o streaming de filmes e séries, as redes sociais e os eventos on-line (Rojek, 2010).

Essa diversidade de meios e conteúdos ampliou as possibilidades de fruição do lazer, mas também acentuou as desigualdades de acesso e as formas de alienação. Ainda segundo Rojek (2010), vivemos em uma sociedade na qual o lazer está profundamente imbricado com o consumo, sendo frequentemente reduzido

a uma experiência mercantilizada e performática.

Paralelamente, as metrópoles contemporâneas enfrentam o desafio de garantir espaços públicos de lazer que sejam inclusivos, seguros e acessíveis. O crescimento desordenado das cidades, a violência urbana e a especulação imobiliária têm restringido a oferta de áreas de convivência e lazer para as populações mais vulneráveis. Como indicam Silva e Moretti (2019), o direito ao lazer nas cidades é atravessado por questões de raça, classe, gênero e território, exigindo políticas públicas intersetoriais e participativas.

Conquanto as contradições, o lazer contemporâneo também se revela como campo de luta por reconhecimento e cidadania cultural. Os movimentos sociais, coletivos artísticos e organizações comunitárias têm reivindicado o lazer como direito e como prática emancipadora, promovendo ações que valorizam a diversidade cultural, a convivência intergeracional e o protagonismo juvenil (Rojek, 2010).

O lazer, nesse sentido, ultrapassa sua função compensatória e se torna um espaço de construção de sentidos, de fortalecimento de vínculos sociais e de resistência frente às lógicas do mercado.

Destarte, como explicam Silva e Moretti (2019), a análise das perspectivas históricas e sociais do lazer evidencia que sua trajetória não é linear nem homogênea. Desde o ócio contemplativo da Antiguidade até o lazer digital do século XXI, suas formas de expressão foram moldadas por relações de poder, disputas simbólicas e processos culturais complexos.

Estudar o lazer, portanto, é também estudar os modos de ser, de viver e de resistir nas diferentes sociedades e temporalidades. Ao reconhecer sua dimensão histórica e social, ampliamos nossa capacidade de compreender sua potência como direito, como linguagem cultural e como espaço de emancipação humana.

4 DIMENSÕES, TENDÊNCIAS E DESAFIOS ATUAIS NO ESTUDO DO LAZER

O lazer, enquanto fenômeno social complexo, não pode ser compreendido em uma única dimensão ou reduzido a uma mera atividade recreativa desprovida de implicações mais amplas. Sua análise exige um olhar multidimensional, que leve em consideração os diversos aspectos culturais, educacionais, políticos e econômicos que o constituem. Silva e Moretti (2019) pontuam que a compreensão das dimensões do lazer permite evidenciar que ele é, simultaneamente, uma forma de expressão simbólica, um espaço de formação, uma estratégia de controle social e uma engrenagem importante na lógica produtiva das sociedades contemporâneas.

Esses múltiplos sentidos não são excludentes entre si, mas coexistem em tensão e revelam a ambiguidade que marca as práticas de lazer na vida moderna.

A dimensão cultural do lazer, quiçá, configura-se em uma das mais exploradas pelos estudiosos da área, pois o lazer é, por excelência, uma prática cultural. Ele se manifesta por meio de linguagens, signos, hábitos e valores que expressam as identidades coletivas e individuais dos sujeitos.

Conforme Marcellino (2008), o lazer pode ser entendido como um modo específico de vivência cultural, no qual os sujeitos se apropriam de bens simbólicos – como a música, a dança, o cinema, a literatura, o teatro, entre outros – de forma voluntária e significativa. Essa apropriação pode assumir tanto formas críticas quanto alienadas, dependendo das mediações culturais, sociais e educacionais que operam no processo. O lazer, enquanto prática cultural, é também um terreno de disputa simbólica: ele pode servir à reafirmação de tradições locais, à construção de sentidos coletivos ou à imposição de culturas hegemônicas por meio da indústria cultural, como já alertavam Adorno e Horkheimer (1985).

Nesse sentido, o lazer também está diretamente implicado nos processos de afirmação identitária e de resistência cultural. As festas populares, as manifestações folclóricas, os rituais de povos tradicionais e as criações artísticas urbanas são exemplos de como o lazer pode ser um instrumento de valorização da diversidade cultural. Como enfatiza Hall (2003), a cultura não é um sistema estático de símbolos, mas um campo dinâmico de significados que são constantemente negociados, contestados e resignificados.

O lazer, nesse contexto, torna-se uma linguagem através da qual os grupos sociais expressam seus modos de vida, suas memórias e suas lutas. Isso é particularmente importante em sociedades marcadas por desigualdades históricas e pelo silenciamento de determinadas culturas, como é o caso do Brasil.

Ao reconhecer o lazer como prática cultural, amplia-se sua compreensão para além da fruição estética, incorporando sua potência como espaço de expressão política e de afirmação de direitos culturais.

A dimensão educacional do lazer, por sua vez, destaca seu caráter formativo e seu potencial de contribuir para o desenvolvimento humano integral. Ao contrário da visão tradicional que separa lazer e educação como esferas antagônicas – uma ligada ao prazer e outra à disciplina – os estudos contemporâneos têm evidenciado que o lazer é também um espaço de aprendizagem.

Para Dumazedier (1976), o lazer possui, entre suas funções, a formação desinteressada, ou seja, aquela que ocorre fora das estruturas formais e obrigatórias, mas que, ainda assim, contribui para o enriquecimento pessoal, o desenvolvimento de habilidades e a ampliação do repertório cultural dos sujeitos. Trata-se de

uma educação não formal, mas igualmente significativa, que se dá em ambientes diversos como museus, cinemas, parques, clubes, grupos artísticos, associações culturais e até mesmo nas redes sociais e ambientes virtuais.

Essa dimensão do lazer se torna ainda mais relevante em contextos educativos que visam a formação integral do ser humano, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), que reconhece a importância das atividades culturais, artísticas e esportivas no processo formativo.

O lazer educa na medida em que possibilita a vivência de valores como solidariedade, cooperação, criatividade, autonomia e respeito à diversidade. Além disso, ele permite o desenvolvimento de competências socioemocionais, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a construção de novas formas de convivência e participação social. Como afirma Saviani (2008), a educação não ocorre apenas na escola, mas em todos os espaços da vida social, sendo o lazer um desses espaços privilegiados.

Por outro lado, importa reconhecer que o lazer também possui uma dimensão política e econômica, sendo tanto um campo de exercício de poder quanto um setor estratégico dentro das economias modernas. Na perspectiva política, o lazer pode ser compreendido como uma ferramenta de controle social, na medida em que, ao ser institucionalizado, normatizado e mediado pela lógica do consumo, ele passa a reproduzir valores, comportamentos e ideologias dominantes.

Conforme Rojek (2010), o lazer nas sociedades capitalistas não é um campo neutro, mas está imbricado em estratégias de regulação social que buscam canalizar o tempo livre para formas de entretenimento padronizadas, previsíveis e economicamente rentáveis. Essa padronização, muitas vezes, esvazia o potencial crítico do lazer, transformando-o em mera distração ou válvula de escape que impede a reflexão sobre a realidade social.

Essa lógica é particularmente visível na atuação da indústria cultural e do entretenimento, que transformam o lazer em produto, em mercadoria, em espetáculo. O que se assiste, consome, joga ou compartilha nas plataformas digitais não é apenas expressão cultural, mas parte de uma engrenagem econômica bilionária que movimenta setores como turismo, música, audiovisual, games e eventos. De acordo com a UNESCO (2022), as indústrias criativas e culturais representam mais de 3% do PIB global e geram milhões de empregos em todo o mundo, especialmente entre jovens. A economia do lazer, nesse sentido, não é periférica, mas central no capitalismo contemporâneo, operando como vetor de inovação, geração de renda e desenvolvimento local.

No entanto, essa centralidade econômica também revela profundas desigualdades. O acesso à fruição e à produção cultural não é igualitário. As populações

periféricas, os povos tradicionais, os grupos historicamente marginalizados enfrentam inúmeras barreiras para participar desse circuito produtivo (Rojek, 2010).

Nesse sentido, entende-se que a formulação de políticas públicas que garantam o acesso aos meios de produção cultural e que promovam o lazer como direito, e não apenas como nicho de mercado. O desafio está em conciliar o potencial econômico do lazer com sua função social, cultural e educativa, evitando sua mercantilização excessiva e sua instrumentalização ideológica.

Destarte, as dimensões cultural, educacional, política e econômica do lazer não são estanques, mas interdependentes. O lazer enquanto prática cultural carrega em si uma dimensão formativa, pois contribui para a construção de sentidos, para a socialização e para o exercício da cidadania. Conforme pontua Rojek (2010), entretanto, essa prática está atravessada por relações de poder que buscam regulá-la e instrumentalizá-la segundo os interesses do capital e do Estado.

O repto contemporâneo é pensar o lazer em sua complexidade, reconhecendo seus múltiplos sentidos e atuando para que ele seja vivido de forma crítica, emancipadora e inclusiva.

Nesse sentido, o reconhecimento dessas múltiplas dimensões é fundamental para superar visões reducionistas que limitam o lazer ao simples descanso ou ao consumo passivo. É preciso afirmá-lo como parte da cultura, como direito social, como espaço de formação e como elemento estratégico para o desenvolvimento humano. A partir do que observa Dumazedier (1976) e reitera Marcellino (2008), a consolidação dessa compreensão do lazer como multidimensional é uma tarefa urgente, especialmente em sociedades marcadas pela desigualdade, pela exclusão e pela negação dos direitos culturais.

Estudar o lazer sob essa ótica não é apenas uma exigência teórica, mas um compromisso ético com a ampliação da democracia e da justiça social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do lazer revela que essa prática humana está longe de ser um mero preenchimento do tempo livre ou uma atividade desvinculada das estruturas sociais. Ao longo da história, o lazer assumiu diferentes significados e funções, sendo ora exaltado como ideal de vida contemplativa, ora combatido como ameaça à moralidade ou à produtividade.

Atualmente, sua complexidade se intensifica diante das múltiplas formas de expressão cultural, das tecnologias digitais e da crescente mercantilização da vida cotidiana. Ao compreendê-lo como um fenômeno histórico, social e cultural, evidencia-se sua capacidade de traduzir os valores de uma sociedade e, simultanea-

mente, de se constituir como espaço de transformação.

A análise das dimensões do lazer — cultural, educacional, política e econômica — demonstra que ele não é neutro, mas profundamente atravessado por disputas simbólicas, relações de poder e estratégias de controle ou resistência. O lazer pode tanto reproduzir desigualdades sociais, quando acessado de maneira excludente e regulado pelo consumo, quanto promover inclusão e cidadania, quando compreendido como direito e fomentado por políticas públicas democráticas.

O mesmo espaço que aliena pode também educar, despertar consciências e fortalecer identidades coletivas.

Na sociedade contemporânea, o lazer adquire centralidade como fator de qualidade de vida, saúde integral, fortalecimento de vínculos comunitários e desenvolvimento pessoal. Contudo, essa centralidade esbarra em inúmeros obstáculos, entre os quais a desigualdade de acesso, a carência de espaços públicos, a ausência de políticas intersetoriais e a hegemonia da lógica mercantil. A efetivação do lazer como direito depende do compromisso com a justiça social e com a valorização da diversidade cultural, elementos fundamentais para se garantir uma vivência plena e significativa do tempo livre.

Ademais disso, o lazer deve ser ressignificado nos contextos educativos, culturais e urbanos como linguagem de liberdade e criação. Seu estudo e sua prática devem ser abordados de maneira interdisciplinar, reconhecendo a contribuição de diferentes áreas do conhecimento na formulação de políticas e programas que respeitem as especificidades culturais e territoriais dos sujeitos. Promover o lazer crítico é, também, promover formas de resistência simbólica frente à padronização dos desejos e à domesticação dos sentidos.

Por conseguinte, pensar o lazer é pensar o ser humano em sua integralidade, considerando suas necessidades de expressão, convívio, criação, descanso e pertencimento. O desafio posto aos educadores, gestores públicos, pesquisadores e ativistas culturais é fazer do lazer não um privilégio, mas uma dimensão acessível a todos, capaz de contribuir para a construção de sociedades mais livres, justas e humanizadas.

Este artigo, ao propor uma introdução crítica e multidimensional ao tema, visa colaborar com essa construção epistêmica e operacional, reforçando o compromisso com um lazer inclusivo e emancipador.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- PIEPER, Josef. *Ócio e contemplação: uma defesa do tempo livre como espaço de realização humana*. São Paulo: É Realizações, 1999.
- ROJEK, Chris. *Leisure theory: principles and practices*. London: Palgrave Macmillan, 2010.
- SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 17. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SILVA, Ana Carolina Ribeiro da; MORETTI, Danilo Silva. O lazer na cidade: políticas públicas e desigualdades socioespaciais. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 6, n. 2, p. 85-103, 2019.
- SOUZA, Ana Márcia Silva de; KNIJNIK, Jorge. Políticas públicas de lazer no Brasil: uma abordagem crítica. *Licere*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 1-20, 2012.
- UNESCO. *Re|Shaping Policies for Creativity: Addressing Culture as a Global Public Good*. Paris: UNESCO, 2022.

2

LAZER - ELEMENTO DA EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL

Em primeiro lugar, a educação socioemocional vem amealhando espaço como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento integral do ser humano. Em um mundo cada vez mais dinâmico, competitivo e exigente, torna-se evidente que apenas os conhecimentos técnicos e acadêmicos não são suficientes para formar cidadãos conscientes, equilibrados e colaborativos.

Nesse contexto, o lazer surge não apenas como uma atividade acessória ou recreativa, mas como uma ferramenta pedagógica e emocional essencial no processo formativo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de competências socioemocionais.

O lazer é tradicionalmente associado a momentos de descanso, diversão ou entretenimento. Contudo, sua função vai muito além da simples quebra da rotina ou fuga do trabalho. Ele é um espaço-tempo onde se exercitam a criatividade, a empatia, o autocuidado, a cooperação e a resiliência – elementos centrais da educação socioemocional. Atividades de lazer, quando orientadas de maneira consciente, promovem vivências que estimulam o autoconhecimento e o relacionamento interpessoal, favorecendo a saúde mental e emocional dos indivíduos.

Destarte, nas escolas, o lazer pode ser integrado ao currículo de maneira transversal. Jogos cooperativos, práticas esportivas, expressões artísticas, oficinas de música, dança e teatro, por exemplo, criam ambientes propícios para que os alunos experimentem emoções, lidem com frustrações, trabalhem em equipe e desenvolvam a comunicação assertiva. Essas práticas não substituem o conteúdo formal, mas complementam a formação ao proporcionarem experiências que fortalecem a inteligência emocional.

Ademais disso, o lazer na educação permite a criação de vínculos afetivos positivos entre alunos, professores e comunidade, tornando o ambiente escolar mais acolhedor e motivador.

Do ponto de vista psicológico, o lazer é também uma válvula de escape para o estresse e a ansiedade, problemas crescentes entre crianças e adolescentes. A pressão por desempenho, as cobranças externas e internas e a hiperconectividade digital têm levado muitos jovens a quadros de esgotamento emocional. O lazer, nesse cenário, age como um recurso preventivo e terapêutico.

Ele oferece momentos de pausa e reflexão, permitindo que o sujeito se reconecte consigo mesmo e com os outros. Por meio de atividades prazerosas e significativas, é possível trabalhar aspectos como a autoestima, o controle da raiva, a tolerância à frustração e a capacidade de lidar com perdas.

Posto que a importância do lazer seja reconhecida, seu acesso ainda é desigual. Muitos estudantes, especialmente os de baixa renda, não contam com espaços adequados ou oportunidades para usufruírem de atividades lúdicas e cultu-

rais em seu cotidiano. Isso reforça a necessidade de políticas públicas e iniciativas escolares que democratizem o acesso ao lazer de qualidade, garantindo que todos os alunos possam se beneficiar dos efeitos positivos dessa prática.

A escola, como espaço privilegiado de socialização, tem o papel de promover o direito ao lazer como parte integrante do processo educacional.

Por conseguinte, importa destacar que o lazer não se resume à ausência de obrigações, mas se caracteriza por sua natureza voluntária e prazerosa. A liberdade de escolha e o envolvimento ativo do sujeito são fatores determinantes para que o lazer seja, de fato, significativo.

Quando o educando participa de atividades que respeitam seus interesses e valores, ele se sente mais motivado e engajado, fortalecendo sua autonomia e senso de pertencimento. Essa conexão afetiva é essencial para o desenvolvimento de competências como a responsabilidade, a empatia e a colaboração – habilidades essenciais no século XXI.

Ademais disso, em tempos de avanço tecnológico e mudanças sociais aceleradas, o lazer também precisa se adaptar. A gamificação, por exemplo, tem sido uma ferramenta interessante para unir diversão e aprendizado, promovendo o desenvolvimento cognitivo e socioemocional ao mesmo tempo. Ambientes digitais interativos, quando bem planejados, podem incentivar o trabalho em equipe, a resolução de problemas e a persistência diante de desafios.

Contudo, faz-se mister cuidado para que o lazer digital não se transforme em isolamento ou dependência, mas sim em oportunidade de integração e crescimento emocional.

Por via de consequência, o lazer deve ser compreendido como um direito e uma necessidade humana, e não como um luxo ou perda de tempo. Ele desempenha um papel pedagógico relevante ao possibilitar experiências que fortalecem o equilíbrio emocional, a convivência saudável e a autorregulação. Incorporar o lazer de forma consciente à educação é um passo importante para a construção de uma escola mais humana, inclusiva e capaz de formar indivíduos preparados não apenas para o mercado de trabalho, mas para a vida em sociedade.

Em epítome, o lazer é um aliado poderoso da educação socioemocional. Ao criar espaços de expressão, interação e reflexão, ele contribui para o florescimento das potencialidades humanas em sua totalidade.

Por final, em um tempo marcado por incertezas e desafios complexos, educar para o bem-estar, a empatia e a felicidade é um compromisso urgente – e o lazer pode ser a ponte entre o conhecimento e a emoção, entre a escola e a vida.

3

INTRODUÇÃO À ECONOMIA DO LAZER: discussão na literatura

**INTRODUCTION TO THE ECONOMICS OF LEISURE:
discussion in the literature**

Resumo

A economia do lazer constitui um campo interdisciplinar que articula aspectos econômicos, sociais, culturais e tecnológicos, consolidando-se como elemento central para o desenvolvimento humano e a dinamização das economias locais e globais. Este artigo realiza uma revisão da literatura acadêmica sobre o tema, destacando seus fundamentos conceituais, impactos econômicos e desafios contemporâneos. O estudo evidencia que o lazer, para além de experiência individual de fruição, gera empregos, movimentando cadeias produtivas, atrai investimentos e promove inclusão social quando acessível de forma equitativa. Identificam-se desafios relacionados à desigualdade de acesso, à mercantilização, à digitalização das práticas de lazer e à sustentabilidade ambiental, indicando a necessidade de políticas públicas eficazes e de estratégias intersetoriais. Perspectivas futuras incluem o fortalecimento da economia criativa, a promoção de turismo sustentável, a valorização da diversidade cultural e a incorporação do lazer como indicador de desenvolvimento humano. Conclui-se que o lazer não deve ser compreendido apenas como consumo ou tempo livre, mas como fator estratégico para a qualidade de vida, a coesão social e o crescimento econômico, exigindo abordagens inovadoras que integrem setores públicos, privados e a sociedade civil.

Palavras-chave: economia do lazer; desenvolvimento econômico; políticas públicas; inclusão social.

Abstract

The leisure economy constitutes an interdisciplinary field that integrates economic, social, cultural, and technological aspects, positioning itself as a central element for human development and the stimulation of local and global economies. This article presents a literature review on the subject, highlighting conceptual foundations, economic impacts, and contemporary challenges. The study demonstrates that leisure, beyond being an individual experience of enjoyment, generates employment, mobilizes productive chains, attracts investments, and promotes social inclusion when accessible equitably. Key challenges identified include unequal access, commercialization, digitalization of leisure practices, and environmental sustainability, indicating the need for effective public policies and intersectoral strategies. Future perspectives encompass strengthening the creative economy, promoting sustainable tourism, valuing cultural diversity, and incorporating leisure as an indicator of human development. It is concluded that leisure should not be understood merely as consumption or free time but as a strategic factor for quality of life, social cohesion, and economic growth, requiring innovative approaches that integrate public and private sectors with civil society.

Keywords: leisure economy; economic development; public policies; social inclusion.

1 INTRODUÇÃO

O estudo do lazer, embora muitas vezes vinculado à dimensão cultural, social ou psicológica, tem assumido nas últimas décadas um espaço relevante também na economia. Isso ocorre porque as práticas de lazer, além de representarem um campo fundamental de desenvolvimento humano e social, movimentam cadeias produtivas, criam empregos e impactam o crescimento econômico de forma direta e indireta. Nesse sentido, a chamada Economia do Lazer emerge como um campo interdisciplinar que busca compreender o lazer não apenas como expressão subjetiva do tempo livre, mas também como um setor produtivo e de consumo que gera valor econômico e influencia o bem-estar social.

O lazer, ao longo da história, esteve associado principalmente à contraposição do trabalho, funcionando como espaço de descanso, recreação e desenvolvimento pessoal. Para Dumazedier (1973), um dos pioneiros nos estudos sobre lazer, trata-se de um fenômeno social multifacetado, que se organiza em torno de práticas culturais, esportivas e recreativas realizadas fora das obrigações laborais e familiares. Todavia, nas sociedades modernas, caracterizadas por forte expansão dos mercados culturais e de entretenimento, o lazer deixa de ser apenas um espaço de vivência subjetiva para se constituir em importante componente da economia contemporânea, com mercados específicos, produção de bens e serviços, além de uma complexa rede de oferta e demanda (Camargo, 1992).

Na perspectiva econômica, o lazer dialoga com áreas como economia do tempo, economia cultural, economia do turismo e economia do bem-estar, sendo analisado como fator de desenvolvimento, consumo e investimento. Becker (1965), ao discutir a teoria da alocação do tempo, já havia indicado que o lazer deveria ser compreendido não apenas como ausência de trabalho, mas como uma escolha racional de utilização do tempo que envolve custos e benefícios. Essa visão se amplia com estudos posteriores que observam o lazer como atividade produtora de valor econômico, tanto em escala local quanto global, especialmente diante da crescente mercantilização das experiências culturais e recreativas (Krugman; Wells, 2019).

No contexto brasileiro, as discussões sobre economia do lazer ainda se consolidam, especialmente no campo interdisciplinar da Educação Física, Turismo e Ciências Sociais. Entretanto, observa-se que há um avanço na incorporação do lazer como objeto de análise econômica, sobretudo em pesquisas que relacionam lazer ao desenvolvimento regional e urbano, à indústria cultural e ao turismo (Marinho; Requiya, 2002). Esse movimento acompanha uma tendência internacional de reconhecer a importância do lazer não apenas como direito social, mas também como um campo de geração de renda, inclusão produtiva e fortalecimento de identidades culturais.

A relevância desse tema cresce ainda mais em um cenário global marcado

pela intensificação da economia do conhecimento, pela difusão das tecnologias digitais e pelo aumento da demanda por experiências imateriais e simbólicas. O lazer, nesse contexto, não se limita ao tempo disponível fora do trabalho, mas transforma-se em setor estratégico da economia, especialmente nos segmentos do entretenimento digital, esportes, turismo e indústrias criativas. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2022), o turismo, estreitamente vinculado às práticas de lazer, representou cerca de 10% do PIB mundial antes da pandemia de Covid-19, evidenciando sua relevância econômica.

Além disso, a Economia do Lazer permite uma reflexão sobre as desigualdades sociais no acesso a bens e serviços culturais. Se, por um lado, as classes de maior poder aquisitivo têm mais opções e acesso diversificado a experiências de lazer, por outro, grupos sociais em situação de vulnerabilidade encontram restrições que reforçam a exclusão cultural e econômica (Elias; Dunning, 1992). Desse modo, discutir a economia do lazer é também discutir equidade, cidadania e políticas públicas voltadas ao direito ao lazer.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo realizar uma discussão da literatura sobre a Economia do Lazer, explorando seus fundamentos conceituais, suas interfaces com a teoria econômica e seus impactos sociais e produtivos. Busca-se, com isso, mapear os principais aportes teóricos que sustentam o campo, bem como identificar as tendências e desafios que orientam a pesquisa e a prática nesse domínio. A metodologia adotada é a revisão bibliográfica, com base em autores clássicos e contemporâneos que abordam o lazer em suas dimensões econômicas e sociais. Essa opção metodológica se justifica pela necessidade de sistematizar um campo ainda em consolidação, identificando as contribuições mais relevantes e apontando lacunas a serem preenchidas por pesquisas futuras.

Logo, o artigo está estruturado em cinco seções principais. Após esta introdução, a segunda seção apresenta os fundamentos da Economia do Lazer, discutindo conceitos centrais e definições clássicas. A terceira seção aborda a literatura acadêmica sobre o tema, destacando autores, escolas e enfoques predominantes. Na quarta seção, analisam-se os impactos econômicos do lazer, considerando a geração de valor, emprego e desenvolvimento. A quinta seção discute os desafios e perspectivas futuras, refletindo sobre desigualdades sociais, transformações tecnológicas e tendências globais. Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se as principais contribuições e reflexões apresentadas.

2 FUNDAMENTOS DA ECONOMIA DO LAZER

O lazer, enquanto objeto de estudo, constitui-se como um fenômeno multifacetado que envolve dimensões sociais, culturais, psicológicas e econômicas. Histo-

ricamente concebido como tempo residual em relação ao trabalho, o lazer passou a ser reconhecido também como esfera de produção e consumo, assumindo relevância econômica em escala global. Essa transformação decorre, sobretudo, das mudanças estruturais no mundo do trabalho e da consolidação de setores produtivos relacionados ao turismo, ao entretenimento e às indústrias criativas, configurando a chamada Economia do Lazer como campo interdisciplinar em crescente desenvolvimento.

Os estudos clássicos sobre lazer forneceram bases conceituais fundamentais para a compreensão desse fenômeno. Dumazedier (1973), por exemplo, define o lazer como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, divertir-se, desenvolver-se culturalmente ou participar de atividades sociais, desde que esteja livre das obrigações profissionais e familiares. Essa definição evidencia que o lazer vai além do simples descanso, abrangendo dimensões culturais, educativas e criativas. No Brasil, Camargo (1992) também contribui para o debate ao destacar o lazer como um direito social e uma prática cotidiana vinculada à cidadania, ressaltando seu papel na formação de identidades culturais. Complementando essas perspectivas, Elias e Dunning (1992) analisam o lazer como campo associado à busca da excitação controlada, revelando sua conexão com emoções, processos civilizatórios e formas de sociabilidade.

No âmbito econômico, a importância do lazer foi identificada inicialmente por autores que se debruçaram sobre a relação entre tempo, trabalho e utilidade. Becker (1965), em sua teoria da alocação do tempo, apontou que tanto o trabalho quanto o lazer fazem parte de um mesmo processo de escolha racional dos indivíduos. Nesse sentido, o lazer não é entendido como mera ausência de trabalho, mas como uma decisão racional de alocação de recursos, sujeita a custos de oportunidade e maximização de utilidade. Essa perspectiva econômica amplia a compreensão do lazer, inserindo-o na lógica de mercado e revelando sua capacidade de gerar valor. Marshall (1982), em uma visão anterior, já havia enfatizado que a satisfação das necessidades humanas não se restringe a bens materiais, mas abrange experiências ligadas ao uso do tempo. De forma contemporânea, Krugman e Wells (2019) reforçam a ideia de que o lazer pode ser analisado como bem econômico, pois envolve escassez, escolhas e preferências individuais, o que o torna objeto legítimo da economia do bem-estar.

A partir dessas bases, a Economia do Lazer emerge como campo interdisciplinar que dialoga com a economia cultural, a economia do turismo e as indústrias criativas. Marinho e Requixa (2002) salientam que o lazer deve ser compreendido como parte integrante das atividades econômicas, uma vez que gera emprego, renda e dinamiza territórios. Um exemplo expressivo é o turismo, considerado

pela Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2022) um dos setores mais relevantes da economia mundial, responsável por cerca de 10% do PIB global antes da pandemia de Covid-19. Além do turismo, outros segmentos como esportes, entretenimento digital e produção cultural ilustram a centralidade do lazer nas economias contemporâneas. A digitalização ampliou ainda mais esse fenômeno, sobretudo após o período pandêmico, quando plataformas de streaming, jogos eletrônicos e eventos virtuais expandiram significativamente sua base de consumidores, demonstrando a plasticidade do lazer frente às transformações tecnológicas (García; Mora, 2021).

No entanto, o lazer não pode ser compreendido apenas pela ótica produtiva e mercadológica. É necessário considerar as desigualdades de acesso que marcam esse campo. Elias e Dunning (1992) já destacavam que o usufruto do lazer é condicionado pela posição social dos indivíduos, o que se confirma em estudos recentes no Brasil. Segundo o IBGE (2019), a oferta de equipamentos culturais e esportivos concentra-se majoritariamente em grandes centros urbanos, restringindo o acesso de populações periféricas e rurais. Essa realidade reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à democratização do lazer. A Constituição Federal de 1988 reconhece o lazer como direito social, mas sua efetivação depende de investimentos em infraestrutura, incentivo às indústrias criativas e estratégias de inclusão (Brasil, 1988). Assim, ao mesmo tempo em que é analisado como setor econômico relevante, o lazer também deve ser entendido como dimensão de cidadania e equidade social.

Dessa forma, os fundamentos da Economia do Lazer se sustentam em três eixos complementares. O primeiro, de caráter conceitual e sociológico, está apoiado em autores como Dumazedier (1973) e Camargo (1992), que abordam o lazer como prática social e cultural. O segundo, de natureza econômica, encontra respaldo em Becker (1965) e Krugman e Wells (2019), que o inserem na lógica de escolhas racionais e mercado. O terceiro, político e social, baseia-se em perspectivas como as de Marinho e Requixa (2002) e na própria Constituição de 1988, que reconhecem o lazer como direito social e instrumento de desenvolvimento. Reunindo essas dimensões, a Economia do Lazer se configura como um campo emergente que articula a valorização do tempo livre com dinâmicas de produção econômica, consumo cultural e políticas públicas, sendo fundamental para compreender tanto os debates atuais quanto os desafios futuros dessa área.

3 A ECONOMIA DO LAZER NA LITERATURA ACADÊMICA

A literatura acadêmica sobre a Economia do Lazer é marcada por sua natureza interdisciplinar, refletindo a complexidade do conceito de lazer e suas múltiplas

dimensões sociais, culturais e econômicas. Desde as primeiras formulações, que associavam o lazer a uma contraposição ao trabalho, até os debates contemporâneos que o reconhecem como setor produtivo e estratégico, a produção científica demonstra que o lazer não pode ser compreendido apenas como experiência subjetiva, mas como fenômeno estrutural que mobiliza recursos, gera valor e impacta o desenvolvimento econômico e social (Becker, 1965; Camargo, 1992; Dumazedier, 1973). Dessa forma, a análise da literatura acadêmica sobre a Economia do Lazer revela uma trajetória que combina contribuições clássicas com perspectivas mais recentes, evidenciando sua consolidação como campo emergente de pesquisa.

Os primeiros estudos sobre o lazer, especialmente no contexto europeu do pós-guerra, foram marcados por análises sociológicas. Dumazedier (1973) destacou o lazer como fenômeno social que envolve descanso, diversão, desenvolvimento pessoal e participação social voluntária, estabelecendo uma das bases teóricas mais influentes para o campo. Embora seu enfoque não fosse primordialmente econômico, sua contribuição abriu espaço para compreender o lazer como dimensão estruturante da vida moderna, cuja expansão dependeria das transformações nas relações de trabalho e no tempo disponível. Complementando essa visão, Elias e Dunning (1992) exploraram o lazer como espaço de busca pela excitação controlada, vinculando-o a emoções e identidades coletivas, o que favoreceu a análise das práticas esportivas e culturais sob uma perspectiva mais ampla, incluindo suas implicações econômicas.

A incorporação do lazer na análise econômica ocorreu de forma gradual, especialmente a partir das formulações de Becker (1965), que introduziu o lazer na teoria da alocação do tempo. O autor demonstrou que o lazer compete diretamente com o trabalho na decisão racional dos indivíduos, pois ambos representam usos alternativos do tempo. Essa abordagem inaugurou uma vertente da literatura econômica interessada em compreender o lazer como bem de consumo e como variável de escolha racional. Marshall (1982), em uma perspectiva anterior, já havia sugerido que a satisfação das necessidades humanas não se limitava a bens materiais, mas também às experiências vinculadas ao tempo livre, o que reforça a importância de se considerar o lazer como componente do bem-estar social.

A partir dessas formulações iniciais, a literatura acadêmica se diversificou, com destaque para o campo da economia cultural, que analisa a produção e o consumo de bens simbólicos e criativos. Throsby (2001) desenvolveu teorias sobre o valor cultural e o capital criativo, integrando o lazer às discussões sobre a economia das artes e das indústrias criativas. Nessa perspectiva, o lazer é interpretado não apenas como consumo final, mas como parte de um ecossistema produtivo que gera externalidades positivas em termos de identidade cultural, inovação e coesão social.

No Brasil, a produção acadêmica sobre a Economia do Lazer consolidou-se principalmente a partir dos anos 1990, com contribuições vindas da Educação Física, do Turismo e das Ciências Sociais. Camargo (1992) foi um dos pioneiros ao discutir o lazer como direito social e prática cidadã, ampliando sua relevância para além do campo cultural. Marinho e Requixa (2002) reforçaram essa abordagem ao analisar o lazer como elemento do desenvolvimento nacional, destacando sua capacidade de dinamizar territórios e promover inclusão social. Essa vertente brasileira da literatura tem contribuído para relacionar o lazer à formulação de políticas públicas, especialmente em contextos urbanos e turísticos, o que revela a especificidade do debate no país.

Mais recentemente, estudos internacionais têm ampliado o debate em torno da digitalização das práticas de lazer. García e Mora (2021) analisam o crescimento do lazer digital durante a pandemia de Covid-19, demonstrando que o consumo de produtos culturais “on line”, como “streaming” e jogos eletrônicos, não apenas se expandiu, mas se consolidou como setor econômico relevante, com implicações de longo prazo para a indústria do entretenimento. Essa literatura evidencia que a Economia do Lazer acompanha as transformações tecnológicas, reconfigurando continuamente suas fronteiras analíticas e práticas.

Outro ponto recorrente na literatura é a relação entre lazer, turismo e desenvolvimento econômico. A Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2022) destaca o papel estratégico do setor turístico, responsável por aproximadamente 10% do PIB global antes da pandemia, ao mesmo tempo em que impulsiona empregos e mobiliza cadeias produtivas. Esse dado reforça que o lazer não pode ser visto apenas como espaço de fruição individual, mas como motor de economias nacionais e regionais. A literatura acadêmica acompanha essa tendência ao analisar políticas de incentivo ao turismo e sua articulação com indústrias culturais, esportivas e criativas.

Apesar da ampliação do escopo de estudos, a literatura também aponta lacunas importantes. Uma delas refere-se às desigualdades sociais no acesso ao lazer, questão abordada por Elias e Dunning (1992) em perspectiva teórica e por pesquisas recentes no Brasil (IBGE, 2019). A concentração da infraestrutura cultural e recreativa em áreas urbanas privilegiadas reforça a exclusão de grupos sociais vulneráveis, limitando a efetivação do lazer como direito social. Nesse sentido, os estudos acadêmicos indicam que a Economia do Lazer precisa articular a dimensão mercadológica com a perspectiva da equidade, reconhecendo que o acesso desigual compromete tanto o desenvolvimento econômico quanto a coesão social.

Assim, a literatura acadêmica sobre a Economia do Lazer revela um campo em expansão, caracterizado pela combinação entre teorias clássicas e abordagens contemporâneas. Se, de um lado, os estudos iniciais de Dumazedier (1973), Elias

e Dunning (1992) e Becker (1965) forneceram fundamentos conceituais e econômicos, de outro, autores como Throsby (2001), Camargo (1992), Marinho e Requixa (2002) e García e Mora (2021) atualizam e ampliam o debate, relacionando o lazer às indústrias criativas, ao turismo e à digitalização. A análise desse conjunto de produções permite compreender o lazer como fenômeno econômico central na contemporaneidade, cuja relevância extrapola o consumo individual, alcançando dimensões sociais, culturais e políticas. O reconhecimento da Economia do Lazer como área de investigação consolidada representa, portanto, não apenas um avanço acadêmico, mas também uma ferramenta para orientar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento que valorizem o tempo livre como recurso essencial para o bem-estar coletivo.

4 IMPACTOS ECONÔMICOS DO LAZER

O lazer, tradicionalmente compreendido como um espaço de descanso, prazer e desenvolvimento pessoal, assume também um papel central na dinâmica econômica contemporânea. Para além de sua função social e cultural, o lazer movimenta cadeias produtivas inteiras, gera empregos, atrai investimentos e estimula a inovação em setores variados, como turismo, cultura, entretenimento, esportes, tecnologia e economia criativa. Dessa forma, torna-se evidente que o lazer não pode ser analisado apenas sob a ótica subjetiva da experiência individual, mas também como vetor de desenvolvimento econômico, social e territorial (Cunha, 2016).

Em primeiro lugar, destaca-se o impacto do lazer na geração de empregos. O setor de lazer e turismo é um dos maiores empregadores no mundo, abrangendo desde trabalhadores formais até informais, em áreas como hotelaria, gastronomia, transporte, esportes, eventos culturais e produção artística. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2022), o turismo representou aproximadamente 10% do PIB global e foi responsável por um em cada dez empregos no mundo antes da pandemia de COVID-19. Essa dimensão evidencia como o lazer, ao ser estruturado em políticas públicas e estratégias privadas, contribui diretamente para a absorção de mão de obra e para a dinamização da economia local.

Além da geração de empregos, o lazer também estimula a circulação de capital e a diversificação das economias regionais. Atividades de lazer atraem consumidores que, além de usufruírem do serviço em si, mobilizam gastos adicionais em setores correlatos, como transporte, alimentação, hospedagem e comércio. Esse efeito multiplicador reforça a ideia de que o lazer não pode ser visto como atividade supérflua, mas como elemento estratégico no planejamento econômico e urbano (Santos; Moraes, 2018).

Outro aspecto relevante está no papel do lazer como fator de atração de inves-

timentos e competitividade entre cidades e países. A busca por destinos turísticos, eventos esportivos internacionais, festivais culturais e parques temáticos coloca regiões em evidência no cenário global. Exemplos como a Copa do Mundo, as Olimpíadas ou grandes eventos musicais demonstram como o lazer pode ser utilizado como ferramenta de promoção territorial e de fortalecimento da economia local, ainda que esses processos também apresentem desafios, como custos elevados e desigualdades na distribuição dos benefícios (Mascarenhas, 2019).

No campo da inovação e da economia criativa, o lazer assume papel de destaque ao fomentar setores emergentes baseados no capital intelectual, na criatividade e nas novas tecnologias. O crescimento das plataformas digitais de entretenimento, dos esportes eletrônicos (“eSports”), do streaming de música e vídeo, bem como a expansão de espaços de lazer gamificados, revelam uma transformação profunda nas formas de consumo. Essa mudança impacta diretamente cadeias produtivas globais, gera novas formas de emprego e renda, além de modificar as relações de trabalho e produção cultural (Florida, 2019).

Cabe ressaltar, ainda, que o lazer também possui impactos econômicos indiretos, relacionados à saúde, produtividade e qualidade de vida da população. Atividades de lazer físico e cultural contribuem para a redução do estresse, prevenção de doenças e melhora da saúde mental, o que, por consequência, reduz custos públicos com saúde e aumenta a eficiência produtiva no ambiente de trabalho (De Masi, 2000). Assim, investir em políticas de lazer não é apenas promover bem-estar individual, mas também uma estratégia de economia social e de longo prazo.

Contudo, é necessário reconhecer que os impactos econômicos do lazer não se distribuem de maneira homogênea. Enquanto grandes centros urbanos e regiões turísticas consolidadas concentram investimentos e retornos, áreas periféricas e populações em situação de vulnerabilidade frequentemente permanecem à margem desse processo. Essa desigualdade evidencia a necessidade de políticas públicas que ampliem o acesso democrático ao lazer e promovam sua valorização como direito social, conforme preconizado na Constituição Federal brasileira (Brasil, 1988).

Por fim, observa-se que os impactos econômicos do lazer se desdobram em diferentes escalas: microeconômica, ao atingir diretamente trabalhadores, consumidores e empresas; mesoeconômica, ao dinamizar setores produtivos correlatos; e macroeconômica, ao influenciar indicadores como PIB, emprego e investimentos. Esse caráter multifacetado reforça a relevância de aprofundar os estudos sobre o tema, incorporando-o de forma mais sistemática às análises de desenvolvimento econômico e social (Santos; Moraes, 2018). O lazer, portanto, deve ser compreendido não apenas como experiência cultural ou prática individual, mas como um motor essencial para a economia global e local, cujo potencial depende da articu-

lação entre políticas públicas, estratégias privadas e demandas sociais.

5 ECONOMIA DO LAZER: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A economia do lazer, enquanto campo de estudo e prática, consolidou-se como uma área de relevância crescente dentro das ciências econômicas e sociais, sobretudo em virtude das transformações históricas e contemporâneas relacionadas à reconfiguração do trabalho, da cultura e das práticas sociais. O lazer, que outrora foi concebido como uma dimensão secundária da vida humana, vinculada apenas a momentos de descanso ou ao consumo de atividades recreativas, tornou-se objeto de análises complexas que envolvem aspectos produtivos, distributivos, culturais e ambientais (Canclini, 2008). Nesse sentido, compreender os desafios e as perspectivas da economia do lazer exige situá-la em um contexto de globalização, avanços tecnológicos, mudanças no mercado de trabalho e transformações sociais que moldam constantemente o modo como os indivíduos se relacionam com o tempo livre e suas possibilidades de fruição.

Um primeiro desafio central diz respeito à desigualdade no acesso ao lazer. Em países marcados por grandes assimetrias socioeconômicas, como o Brasil, observa-se que o direito ao lazer, previsto constitucionalmente, ainda não se concretiza de forma equânime para toda a população (Gomes, 2004). A precarização do trabalho, a ausência de infraestrutura pública adequada e a concentração da oferta de atividades de lazer em centros urbanos mais desenvolvidos contribuem para que parcelas significativas da sociedade não tenham condições de usufruir plenamente desse direito. O lazer, nesse contexto, tende a ser capturado por uma lógica mercadológica, na qual apenas indivíduos com maior poder aquisitivo conseguem acessar produtos e experiências de maior qualidade, enquanto os grupos marginalizados ficam restritos a alternativas limitadas e, muitas vezes, estigmatizadas (Dumazedier, 1999).

Outro desafio relevante é o impacto da digitalização na economia do lazer. A expansão das tecnologias digitais transformou radicalmente as formas de viver o tempo livre, gerando tanto oportunidades quanto riscos. O surgimento de plataformas de streaming, jogos online, redes sociais e experiências imersivas em realidade virtual e aumentada impulsionaram um novo mercado que movimentou bilhões de dólares globalmente. Entretanto, essas inovações também suscitam questões relacionadas ao consumo excessivo, à dependência tecnológica e à mercantilização da experiência de lazer. A digitalização, ao mesmo tempo que democratiza o acesso a conteúdos culturais e recreativos, também pode acentuar desigualdades, uma vez que o acesso a dispositivos tecnológicos e internet de qualidade permanece restrito em muitos contextos (Martins, 2019).

No campo do trabalho e da produção, a economia do lazer enfrenta o desafio de lidar com a crescente sobreposição entre tempo de trabalho e tempo de lazer. A flexibilização do trabalho, especialmente após a pandemia de Covid-19, trouxe novas dinâmicas de home office e jornadas híbridas, modificando a percepção do tempo livre. Se, por um lado, essa flexibilidade pode ampliar a autonomia do trabalhador, por outro, ela tende a dissolver fronteiras, gerando a sensação de que o lazer está sempre subordinado às demandas produtivas (Antunes, 2018). Esse fenômeno revela uma contradição contemporânea: enquanto a modernidade promete mais tempo livre graças aos avanços tecnológicos, a lógica capitalista intensifica a exploração do tempo humano, diminuindo a efetiva possibilidade de vivenciar o lazer em sua plenitude.

Do ponto de vista ambiental, a economia do lazer também encontra desafios expressivos. O crescimento do turismo, um dos setores mais importantes vinculados ao lazer, tem efeitos positivos em termos de geração de renda e emprego, mas pode provocar impactos ambientais severos quando não planejado de maneira sustentável. A pressão sobre ecossistemas frágeis, o aumento da poluição e a sobrecarga de infraestrutura urbana em destinos turísticos evidenciam a necessidade de integrar princípios de sustentabilidade ao planejamento das atividades de lazer (Krippendorf, 2001). A busca por um turismo sustentável e responsável, que respeite os limites ecológicos e promova inclusão social, configura-se como uma das principais perspectivas para o futuro da economia do lazer.

Além disso, o envelhecimento populacional em diversas partes do mundo projeta novas demandas para a economia do lazer. A longevidade ampliada exige políticas públicas e iniciativas privadas capazes de atender às necessidades de uma população idosa que busca atividades recreativas, culturais e esportivas adaptadas. O lazer, nesse caso, desempenha não apenas uma função de entretenimento, mas também de promoção da saúde física e mental, prevenção de doenças e fortalecimento de vínculos sociais (Veras; Oliveira, 2018). O desafio consiste em estruturar uma oferta diversificada e acessível, capaz de contemplar diferentes faixas etárias, condições socioeconômicas e realidades regionais.

No campo cultural, as perspectivas da economia do lazer passam pelo reconhecimento da diversidade de expressões artísticas e recreativas que compõem o tecido social. A valorização das culturas locais, tradicionais e populares surge como alternativa ao predomínio de padrões globalizados de consumo cultural. Políticas culturais inclusivas e a promoção de eventos que celebrem identidades regionais podem gerar impactos econômicos positivos, além de fortalecer o senso de pertencimento e coesão social (Canclini, 2008). Esse processo, contudo, exige superar a tendência de homogeneização cultural imposta pela indústria cultural global, que muitas vezes reduz o lazer a um produto padronizado e massificado.

No horizonte das perspectivas futuras, destaca-se o papel das políticas públicas. A formulação de políticas voltadas à economia do lazer demanda uma abordagem intersetorial, que articule áreas como cultura, esporte, turismo, meio ambiente e saúde. Investimentos em infraestrutura urbana, equipamentos culturais e espaços públicos de convivência são essenciais para democratizar o acesso ao lazer e reduzir as desigualdades históricas. Além disso, programas de incentivo à economia criativa e à inovação no setor podem impulsionar empreendimentos locais, fortalecer comunidades e gerar emprego e renda em diferentes escalas (Florida, 2011).

Outro aspecto a ser considerado é a internacionalização da economia do lazer. O fluxo de turistas, a circulação de bens culturais e o consumo global de produtos de entretenimento revelam um mercado em franca expansão. Entretanto, essa internacionalização também impõe desafios relacionados à competitividade, à regulação e à necessidade de preservar patrimônios culturais e ambientais diante da pressão econômica. A economia do lazer, portanto, deve ser pensada em um equilíbrio entre globalização e valorização do local, entre inovação tecnológica e preservação cultural, entre crescimento econômico e responsabilidade socioambiental.

Por fim, cabe destacar que a economia do lazer está profundamente vinculada a uma mudança paradigmática na concepção de bem-estar. A noção de desenvolvimento, historicamente atrelada ao crescimento econômico e à produtividade, vem sendo progressivamente ressignificada, incorporando dimensões como qualidade de vida, felicidade e tempo livre (Sen, 2000). Nesse sentido, o lazer, entendido como direito e como experiência formativa, surge como indicador relevante de desenvolvimento humano. O desafio contemporâneo, portanto, não se restringe a ampliar a oferta de bens e serviços relacionados ao lazer, mas sobretudo a garantir condições equitativas para que o lazer seja vivenciado como parte integrante da cidadania e do florescimento humano.

Conquanto, a economia do lazer enfrenta um conjunto de desafios que vão desde as desigualdades sociais até os impactos ambientais e tecnológicos, mas também se abre a perspectivas promissoras baseadas na sustentabilidade, na valorização da diversidade cultural, no fortalecimento das políticas públicas e na ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento. Avançar nessa direção requer a superação de barreiras estruturais, o incentivo à inovação e a construção de um modelo econômico que reconheça o lazer como dimensão fundamental da vida em sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia do lazer, enquanto campo interdisciplinar, apresenta-se como um domínio fundamental para compreender a articulação entre tempo livre, consumo, bem-estar social e desenvolvimento econômico. Ao longo do presente estudo, buscou-se evidenciar como o lazer, para além de uma dimensão cultural e social, constitui-se como vetor econômico de grande relevância, gerando impactos significativos em setores como turismo, esportes, cultura, entretenimento e serviços correlatos. A análise empreendida mostrou que o lazer não pode mais ser tratado apenas como atividade secundária ou supérflua, mas sim como parte integrante das dinâmicas produtivas e da qualidade de vida das populações.

Um dos pontos centrais observados é que a consolidação da economia do lazer está diretamente ligada às transformações históricas da organização do trabalho e ao processo de conquista do tempo livre. À medida que a sociedade industrial evoluiu para formas mais complexas de produção, especialmente no contexto da sociedade pós-industrial e do avanço tecnológico, o lazer passou a ocupar papel mais significativo na estrutura social. Nesse cenário, o tempo destinado ao lazer tornou-se um marcador de qualidade de vida e um indicador de desenvolvimento humano, reforçando a necessidade de políticas públicas que assegurem equidade no acesso a essas oportunidades.

Outro aspecto relevante diz respeito à dualidade entre lazer como direito social e como mercadoria. Se, por um lado, o lazer configura-se como elemento essencial para o desenvolvimento humano, o fortalecimento das relações sociais e a manutenção da saúde física e mental, por outro, insere-se em uma lógica mercadológica que transforma atividades de recreação, esportivas e culturais em produtos consumíveis. Essa mercantilização, ainda que contribua para a dinamização da economia, gera desafios quanto à acessibilidade, já que nem todos os estratos sociais têm as mesmas condições de usufruir dos bens e serviços de lazer. Dessa forma, é fundamental que políticas públicas e iniciativas privadas busquem reduzir desigualdades, promovendo alternativas inclusivas e acessíveis.

As análises também revelaram que a economia do lazer tem potencial estratégico na geração de empregos e na movimentação de cadeias produtivas. O turismo, por exemplo, é reconhecido mundialmente como um dos setores de maior impacto econômico, movimentando desde pequenas comunidades até grandes centros urbanos. O mesmo se aplica aos setores do esporte e da cultura, que além de estimularem a economia, desempenham papel educativo e social. Assim, a economia do lazer está diretamente vinculada ao desenvolvimento regional e à valorização de identidades culturais, tornando-se um campo fértil para pesquisas e práticas de planejamento econômico.

Todavia, a economia do lazer enfrenta desafios expressivos, sobretudo no que

tange à sustentabilidade. A intensificação do consumo de lazer pode gerar impactos ambientais, especialmente quando associada ao turismo de massa, ao uso intensivo de recursos naturais e à pressão sobre ecossistemas frágeis. Nesse sentido, a incorporação de práticas sustentáveis no planejamento e na gestão de atividades de lazer é indispensável. A busca por modelos de turismo sustentável, o incentivo à mobilidade verde em eventos esportivos e a promoção de práticas culturais que respeitem os patrimônios locais são exemplos de estratégias que alinham o desenvolvimento econômico à preservação ambiental.

Outro desafio contemporâneo refere-se às mudanças impulsionadas pela tecnologia. O lazer digital, em suas múltiplas formas — como jogos eletrônicos, plataformas de streaming e interações virtuais —, amplia o acesso a atividades recreativas, mas também impõe reflexões acerca da alienação, da substituição de interações presenciais por virtuais e dos impactos sobre a saúde mental. Essa realidade mostra que a economia do lazer está em constante transformação e precisa adaptar-se a novas demandas sociais e tecnológicas.

No campo acadêmico, o aprofundamento da economia do lazer apresenta-se como um caminho necessário para consolidar o campo como disciplina autônoma e crítica. A literatura aponta a necessidade de ampliar os estudos que investiguem a relação entre lazer e bem-estar, lazer e produtividade, e lazer e políticas sociais. Além disso, torna-se imprescindível que as universidades e centros de pesquisa fortaleçam linhas de estudo que integrem as dimensões econômica, cultural, social e ambiental do lazer, garantindo uma abordagem holística.

As perspectivas para o futuro da economia do lazer incluem, portanto, uma dupla tarefa: de um lado, continuar a potencializar seus impactos positivos na economia global, por meio da expansão de setores que geram emprego e renda; de outro, enfrentar os desafios da exclusão social, da sustentabilidade ambiental e da adaptação tecnológica. A construção de políticas públicas eficazes, o fortalecimento da cooperação entre setor público e privado e a adoção de estratégias de inclusão social são fatores determinantes para assegurar que os benefícios do lazer sejam amplamente distribuídos.

Por fim, pode-se afirmar que a economia do lazer constitui um campo estratégico para compreender os rumos das sociedades contemporâneas. Mais do que um espaço de consumo, o lazer representa um espaço de desenvolvimento humano, de criação cultural e de expressão social. Portanto, ao se analisar a economia do lazer em sua complexidade, reconhece-se que seus impactos ultrapassam os limites da economia estrita, estendendo-se ao bem-estar coletivo, à valorização cultural e à sustentabilidade ambiental. A consolidação desse campo de estudo, assim como sua prática no âmbito das políticas públicas e privadas, será decisiva para moldar sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis, nas quais o direito

ao lazer se efetive como parte integrante da cidadania.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BECKER, Gary S. A theory of the allocation of time. *The Economic Journal*, v. 75, n. 299, p. 493-517, 1965.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *O que é lazer*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CUNHA, L. A. *Economia do lazer: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2016.

DE MASI, D. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

FLORIDA, R. *A ascensão da classe criativa*. Porto Alegre: L&PM, 2019.

FLORIDA, Richard. *A ascensão da classe criativa*. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GARCÍA, Beatriz; MORA, Oscar. Digital leisure in times of crisis: cultural consumption during the Covid-19 pandemic. *Journal of Leisure Studies*, v. 40, n. 4, p. 567-582, 2021.

GOMES, Christianne Luce. *Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2001.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. *Introdução à economia*. 5. ed. Rio de Janeiro:

LTC, 2019.

MARINHO, Antônio; REQUIXA, Renato. *Lazer no Brasil: representações e perspectivas*. São Paulo: SESC, 2002.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: tratado introdutório*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 2019.

MASCARENHAS, F. O lazer como produto e como direito: dilemas das políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 41, n. 1, p. 24-32, 2019.

SANTOS, J.; MORAES, C. Economia e lazer: impactos regionais e desenvolvimento. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 45-60, 2018.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THROSBY, David. *Economics and culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

UNWTO – World Tourism Organization. *International Tourism Highlights*, 2022 Edition. Madrid: UNWTO, 2022.

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Mario Sérgio Alves de. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1929-1936, 2018.

O livro “Lazer: epistemologia e abordagem interdisciplinar” propõe uma reflexão abrangente sobre o fenômeno do lazer, articulando perspectivas da Economia, Filosofia, História e Sociologia para compreender suas múltiplas dimensões. Longe de ser mera pausa ou recreação, o lazer é tratado como espaço de expressão, liberdade e construção de identidades, permeado por disputas simbólicas e desigualdades sociais. A obra analisa desde o lazer como mercadoria e direito social até suas implicações éticas e políticas em uma era marcada pela hiperprodutividade e digitalização. Destinada a pesquisadores, educadores e interessados no tema, a coletânea convida o leitor a repensar o lazer como campo de resistência e criação de sentido, essencial à formação humana e à transformação social.

ISBN: 978-65-6068-208-5

